



Informativo Enermerco

1708

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos “LIVRE COM VOCÊ”.



Consumo (SIN)

56.545 Mw Med

Julho 2017



Descolamento CMO

R\$ 42,5 Milhões

Julho 2017



Bandeira Tarifária

AMARELA

Julho 2017



Geração

60.185 Mw Med

Julho 2017



Encargos

R\$ 42 Milhões

Julho 2017



Mercado de Energia x Tendência do PLD

O período de Julho/2017 foi marcado por preços semanais com baixa variação ao longo do período, e alta ascendência do preço nos últimos três dias do mês. O PLD da primeira semana de julho, em todos os Submercados no patamar médio, fechou em R\$234,33/Mwh. O preço se elevou paulatinamente, alcançando o valor de R\$ 272,74/Mwh na quarta semana do período para todos os Submercados no patamar médio. Já para os dias 29,30 e 31 de Julho/2017, o PLD para o mesmo patamar, disparou para R\$519,16/Mwh.

Consolidando assim o PLD médio de julho de 2017 conforme quadro abaixo:

Demonstrativo do PLD Médio

Mês	Submercado			
Julho 2017	SE/CO	S	NE	N
	280,81	280,81	280,81	280,81

Mais uma vez o fator climático e suas consequências na diminuição do volume dos reservatórios foram os principais fatores que contribuíram para a forte elevação do PLD no final do período em questão.

Já bandeira para o mês de julho, amarela, gerou um acréscimo de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Para o mês de agosto, a ANEEL anunciou a bandeira vermelha (patamar 1), com custo de R\$ 3,00 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Este é o patamar menor da bandeira vermelha. O fator que determinou o acionamento da bandeira vermelha no patamar 1 foi o aumento do custo de geração de energia elétrica.





O PLD elevado se manteve nas três primeiras semanas de agosto de 2017, conforme o quadro abaixo:

Semana	Sudeste/Centro-Oeste			Sul			Nordeste			Norte		
	Pesada	Media	Leve	Pesada	Media	Leve	Pesada	Media	Leve	Pesada	Media	Leve
1	519,16	519,16	506,77	519,16	519,16	506,77	519,16	519,16	506,77	519,16	519,16	506,77
2	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82	533,82
3	529,35	529,35	508,64	529,35	529,35	508,64	529,35	529,35	508,64	529,35	529,35	508,64

As projeções do PLD, divulgadas pela CCEE neste mês, apontam para o PLD em média de 2017 valores próximos a R\$300,00/Mwh e para 2018 próximo a R\$250,00/Mwh.

Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco



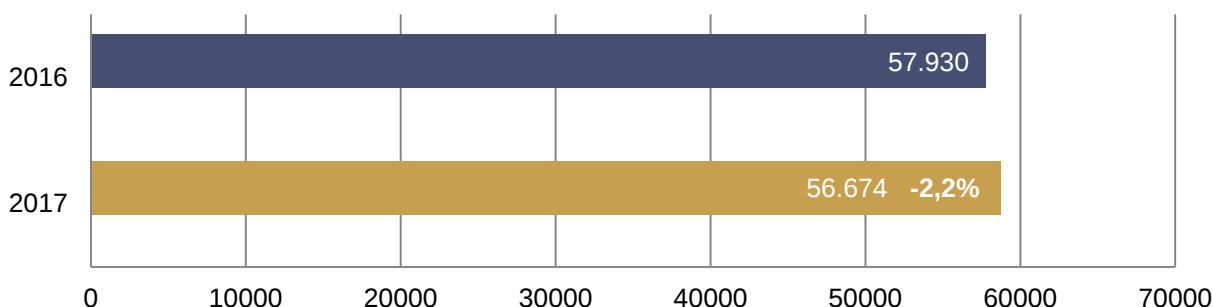
Geração e Consumo crescem em 2017

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de julho, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

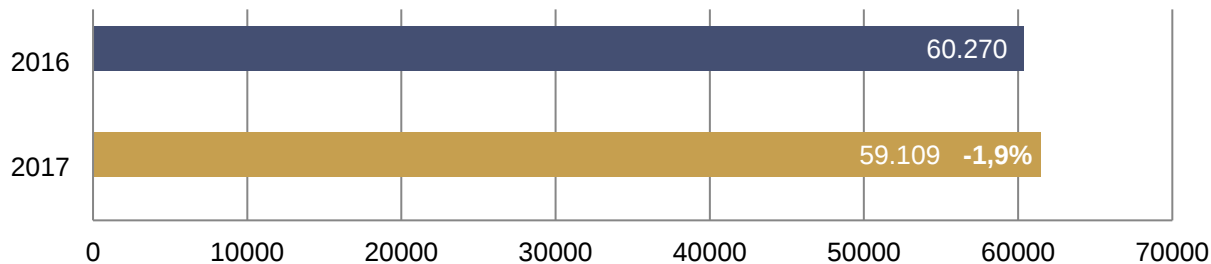
O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

Em comparação ao mesmo período de 2016, julho, temos um déficit de -1,9% na geração disponível no Sistema, em 2017. Já o consumo teve uma queda de -2,2%, somando 56.545 MW/Med.

Consumo SIN (MW Med) 1 a 31 de julho



Geração SIN (MW Med) 1 a 31 de julho

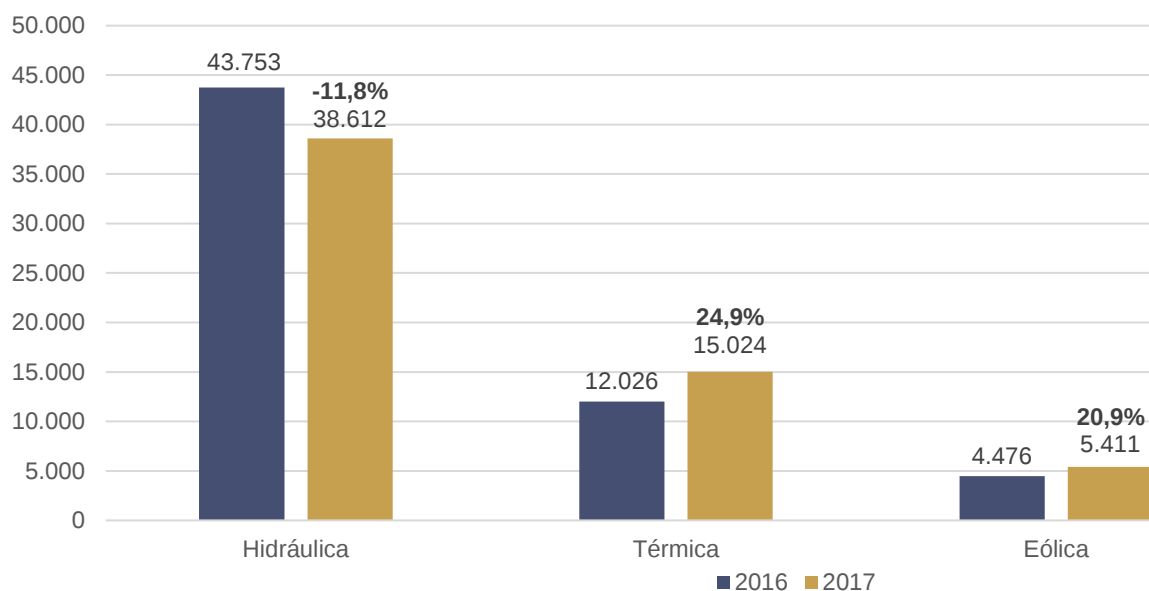




Geração por Fonte de Energia

As fontes de geração, abaixo demonstradas, somaram 59.047 MW de produção, no último mês. O destaque de julho está no aumento da geração eólica: 20,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 2016.

Representatividade da Geração 1 a 31 de julho

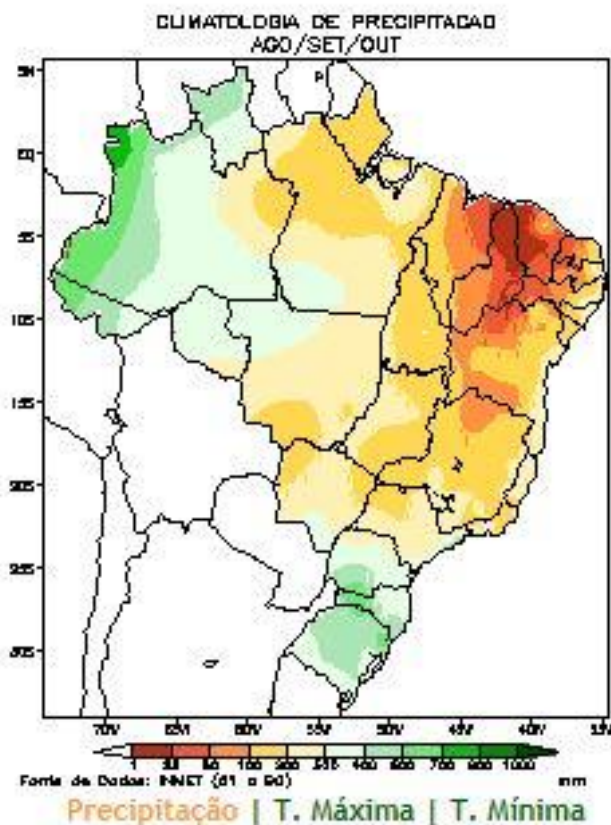




Previsão Climatológica Trimestral

Neste trimestre, os maiores totais acumulados de precipitação ocorrem nas Regiões Norte (oeste do Amazonas e Acre) e Sul (oeste de Santa Catarina e áreas vizinhas), variando entre 400 mm e 700 mm. Nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, observa-se um aumento gradual das chuvas, especialmente no norte do Mato Grosso, sul do Mato Grosso do Sul e leste de São Paulo, onde as chuvas podem atingir 400 mm. Ressalta-se que, no final deste trimestre, a atuação dos sistemas frontais pode caracterizar o início do período chuvoso em áreas do Brasil Central. No leste do Nordeste, inicia-se o período de estiagem e os totais acumulados costumam ser inferiores a 200 mm. No interior da região semi-árida nordestina, os totais acumulados não excedem 50 mm.

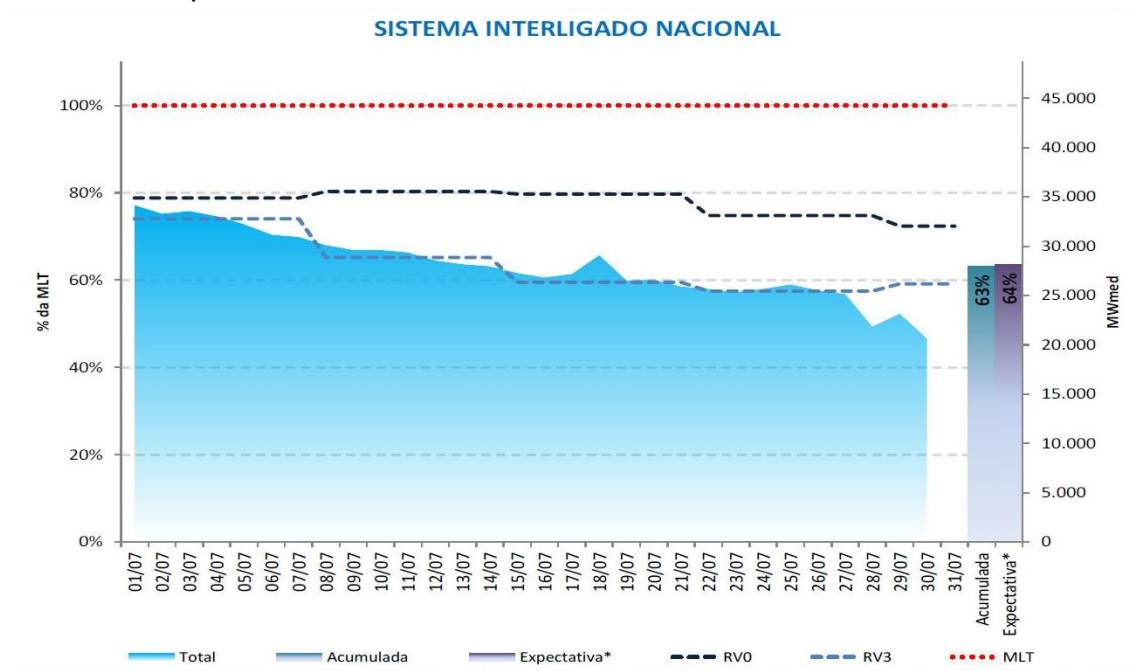
As temperaturas máximas atingem valores superiores a 36°C no Piauí, leste do Maranhão, nordeste do Mato Grosso e oeste do Tocantins. Nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, ocorre uma diminuição gradativa da incursão de massas de ar frio, porém, na Região Sul, as temperaturas mínimas ainda permanecem baixas, com valores que podem variar entre 8°C e 12°C, principalmente nas regiões serranas.



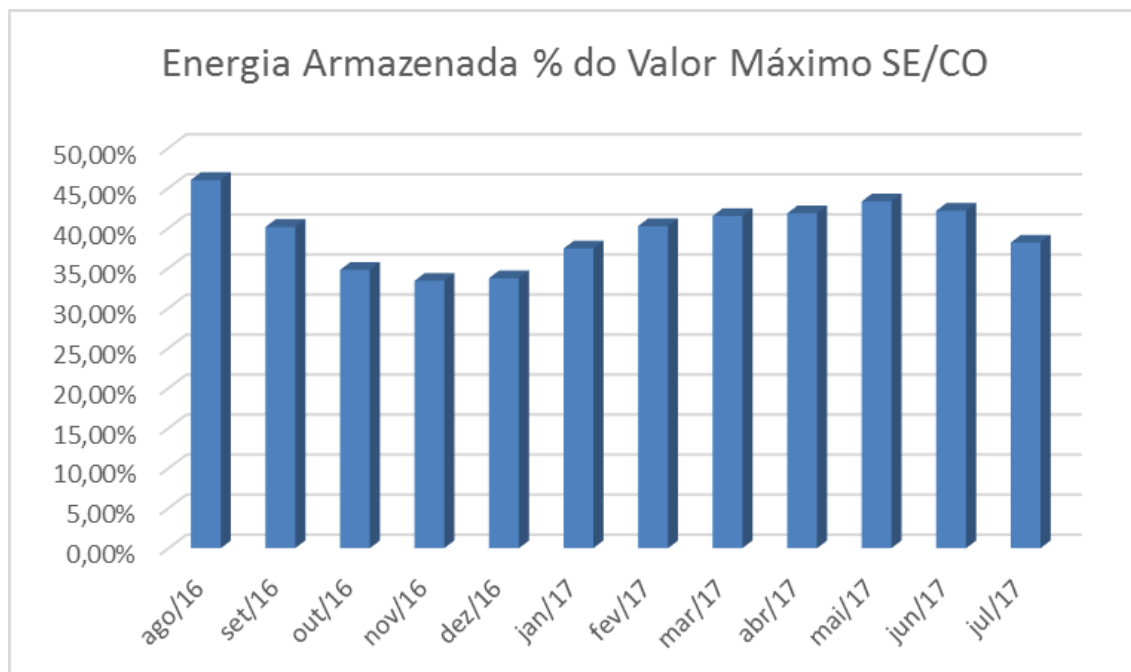


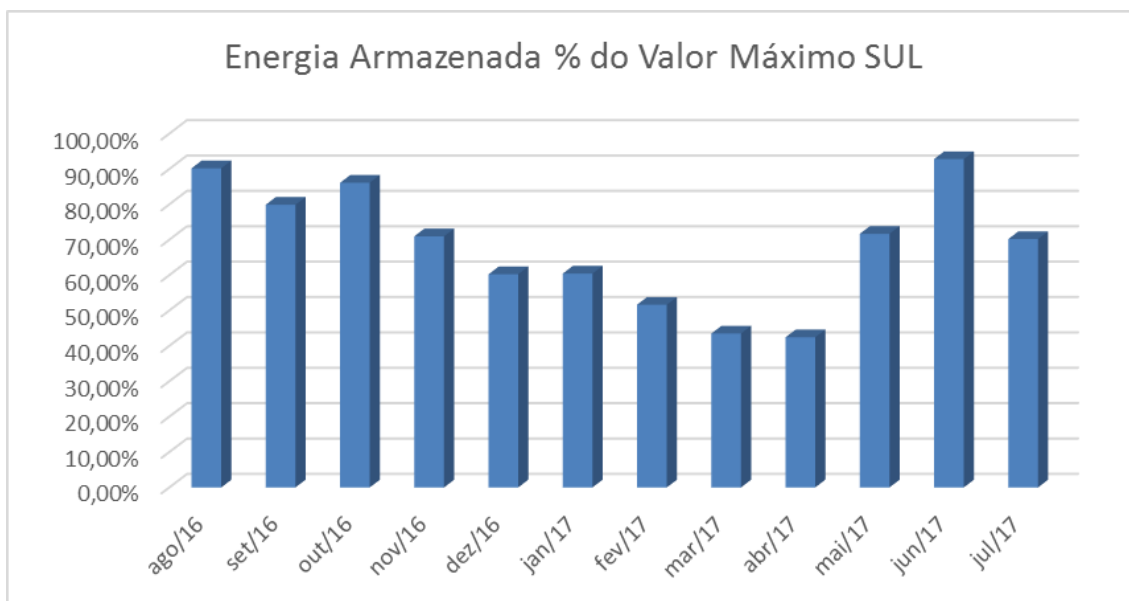
ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

Nos gráficos de Energia Armazenada dos Submercados Sul e Sudeste/Centro – Oeste, abaixo apresentados, verifica-se mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.

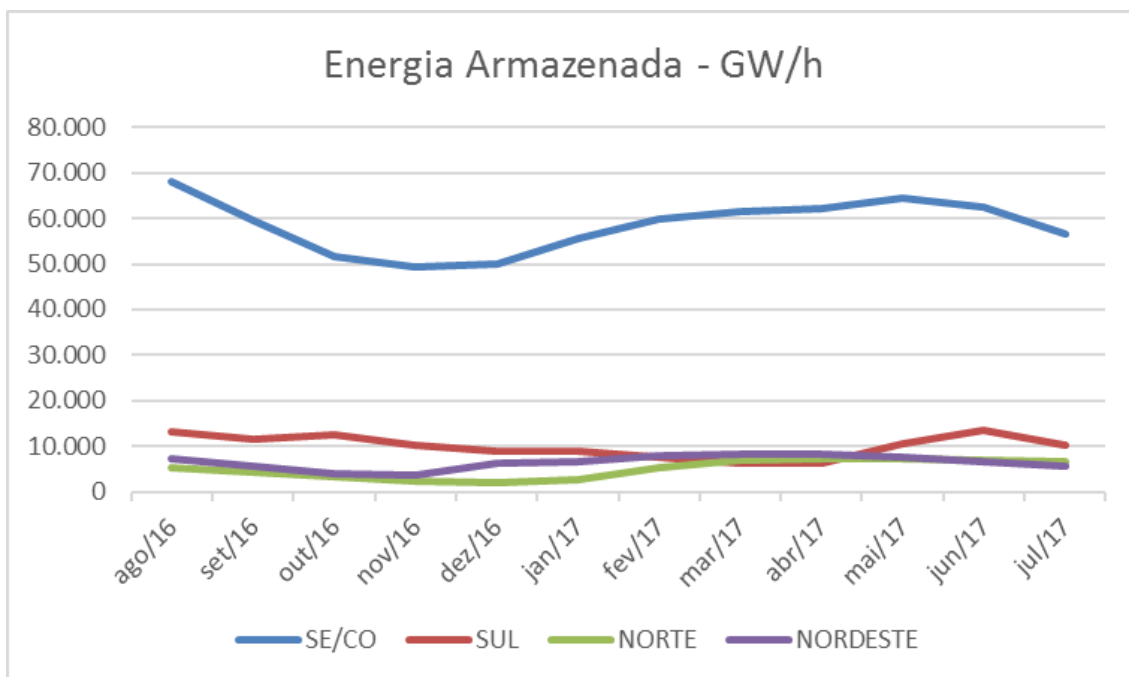


Nos gráficos de Energia Armazenada dos Submercados Sul e Sudeste/Centro – Oeste, abaixo apresentados, verifica-se mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.





Na sequência o gráfico de Energia Armazenada com valores em GW/h, no período de agosto de 2016 à julho de 2017, onde verifica-se a oscilação dos montantes de energia por Submercado do SIN – Sistema Interligado Nacional.

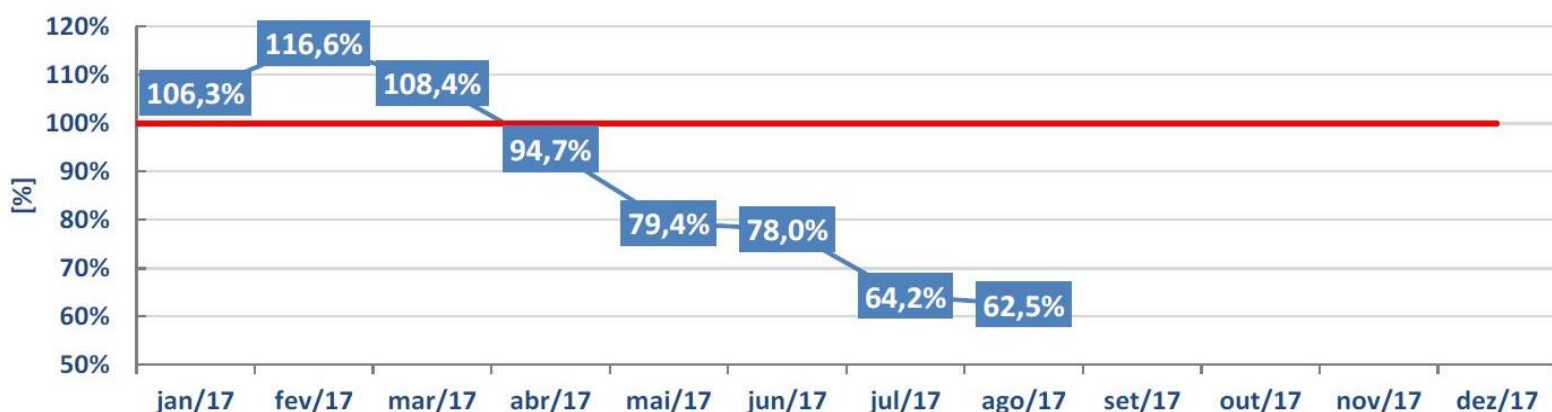
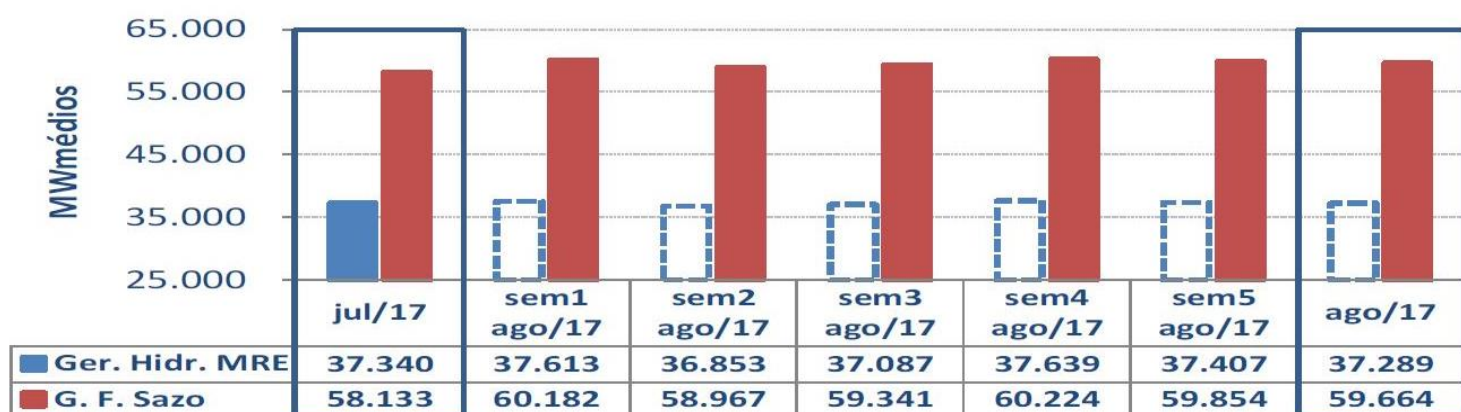




Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Para agosto, conforme a CCEE, temos a estimativa de 62,5% do fator de ajuste do MRE, com Geração Hidráulica de 37.289 MW, atingindo uma geração, em julho, de apenas 64,2% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2017.



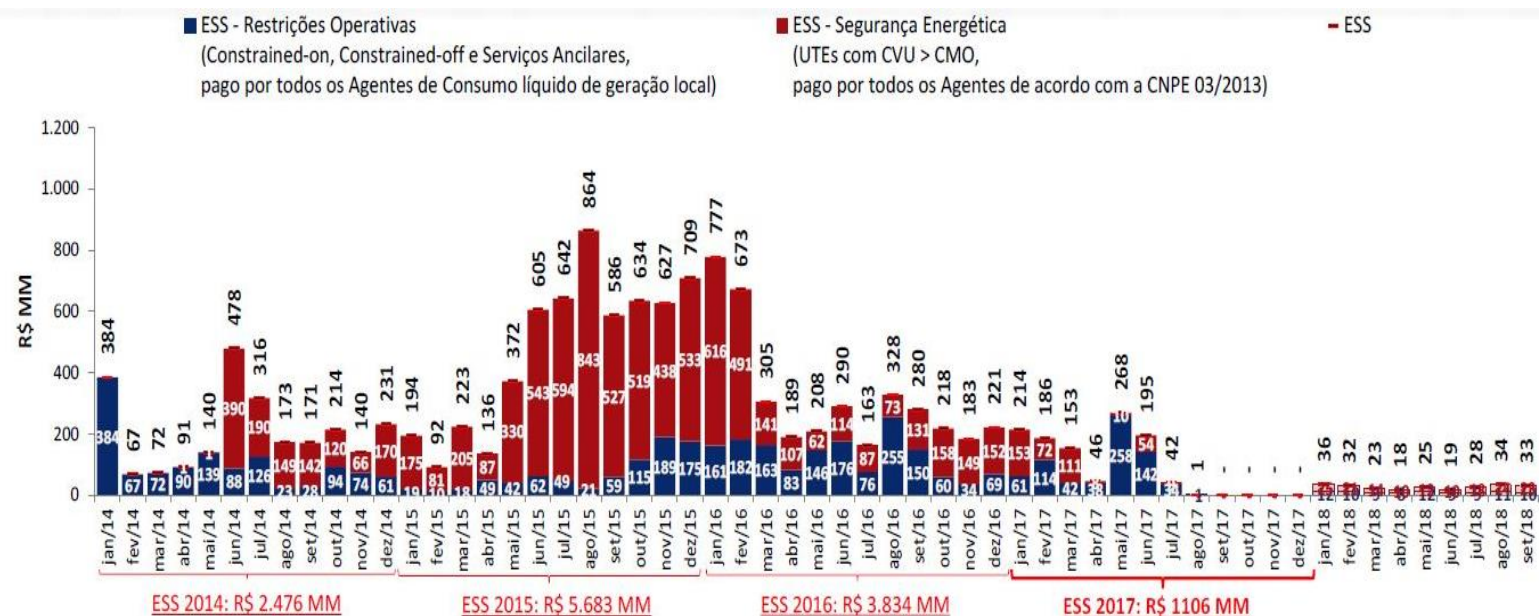


Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de julho/2017, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 42 MM.

Projeção de ESS e Custos devido ao deslocamento entre CMO e PLD



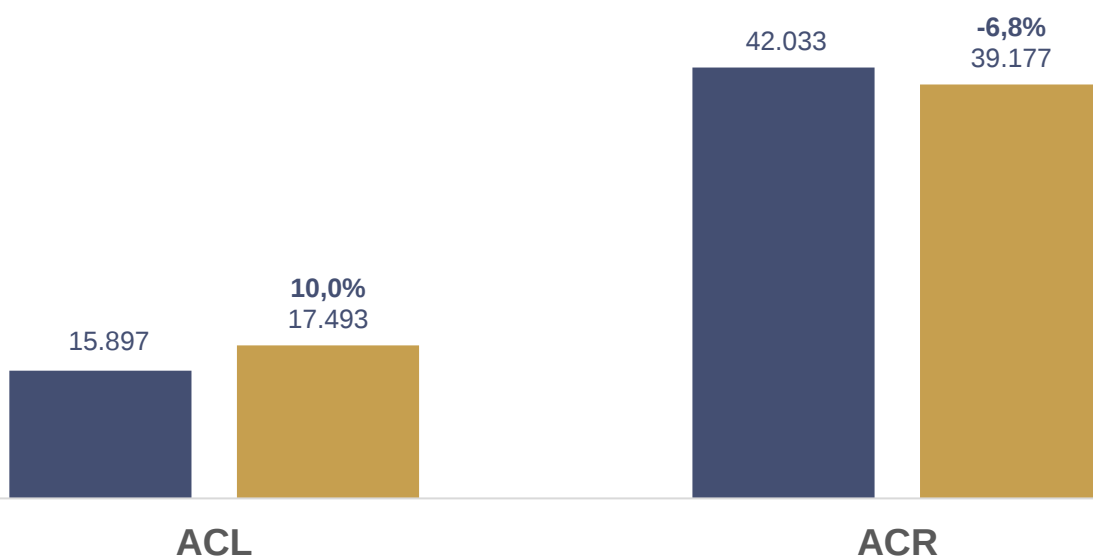


Projeções do ACL permanecem otimistas para 2017

Para 2017, continuam favoráveis as projeções para o ACL - Ambiente de Contratação Livre em relação ao ACR - Ambiente de Contratação Regulada. A estimativa é de um crescimento de 10,0%, em relação a 2016, para o ACL.

Consumo por Ambiente

■ 2016 ■ 2017





Ampliada a Consulta Pública do MME visa receber contribuições para a “Proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico” – Parte 2

Conforme anunciamos na edição anterior, foi disponibilizada no início de julho, a consulta pública “Proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico”. A consulta visa receber contribuições para estruturação de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade a longo prazo.

A Enermeco participou ativamente de uma série de eventos promovidos pelo Ministério de Minas e Energia e demais entidades relacionadas, contribuindo na elaboração de propostas específicas capazes de instrumentalizar os conceitos em medidas efetivas de modernização e racionalização econômica do setor elétrico que permitam um primeiro aprimoramento de seu marco regulatório e comercial.

Em Curitiba, em 24 de julho, o Palestrante Edvaldo Santana, proferiu a Palestra & Debate sobre as mudanças do Setor Elétrico em Curitiba.



Em São Paulo, no dia 26 de julho, ocorreu um evento promovido pela CEE/EPE/ONS/MME, com a presença do Conselheiro de Administração da CCEE, Rui Altieri, do Presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, do Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata Ferreira e do Chefe da Assessoria Especial em assuntos regulatórios do



Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Gabardo, com o tema: Separação de Lastro e Energia.



Também em São Paulo, no dia 07 de agosto, com os representantes mencionados acima, ocorreu um Debate sobre o Aprimoramento no Setor Elétrico.



Os três encontros debateram as mudanças do setor elétrico propostas pelo MME na Consulta Pública 33, que trata do Aprimoramento do marco legal do setor elétrico:

- Preço de curto prazo e operação do sistema



- Alocação de riscos e centralização de contratos
- Financiabilidade da expansão da geração
- Transição sustentável para o novo mercado

A complexidade do tema fez com que o MME prorrogasse o tempo de debates em 10 dias. A importância ao diálogo, a realização dos encontros e a amplitude das propostas mostra o nivelamento do conhecimento ofertado a todos os agentes do setor.

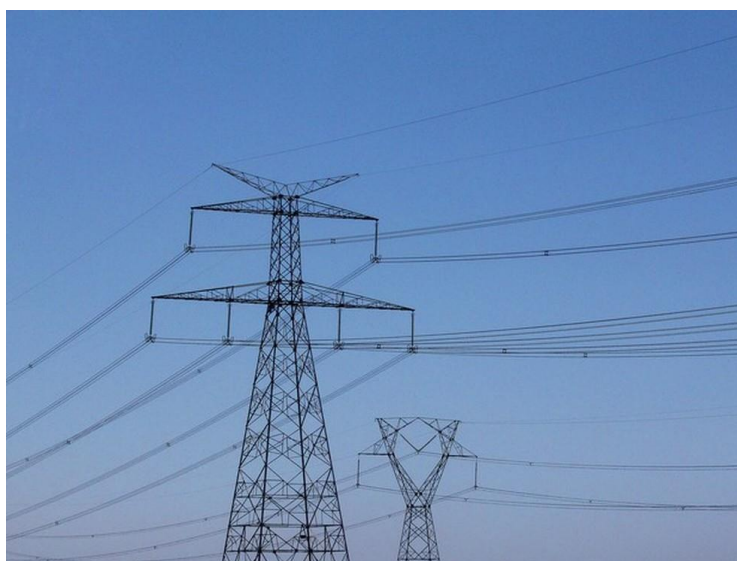
“O setor estava acostumado a decisões mais 'top down', em que as pessoas não questionavam o porquê das coisas, mas se acomodavam com o que foi decidido. Agora o processo tira as pessoas da zona de conforto, porque há ampla discussão sobre conceitos por detrás das propostas do governo”, afirma Barroso, da EPE.

Com o novo prazo, 14 de agosto, o MME estendeu também seu cronograma para a publicação da Medida Provisória com a compilação das propostas, para o início de outubro.

Texto elaborado com informações da CCEE e Enermerco

Inflação atinge 0,24% em julho e fica abaixo do piso da meta em 12 meses, diz IBGE

Depois da deflação de junho, no acumulado em um ano, índice ficou abaixo do piso da meta de inflação pela primeira vez desde março de 2007 e no patamar mais baixo desde 1999.



Aumento de 6% na conta de luz puxou o IPCA para cima em julho (Foto: Marcos Santos / USP Imagens)

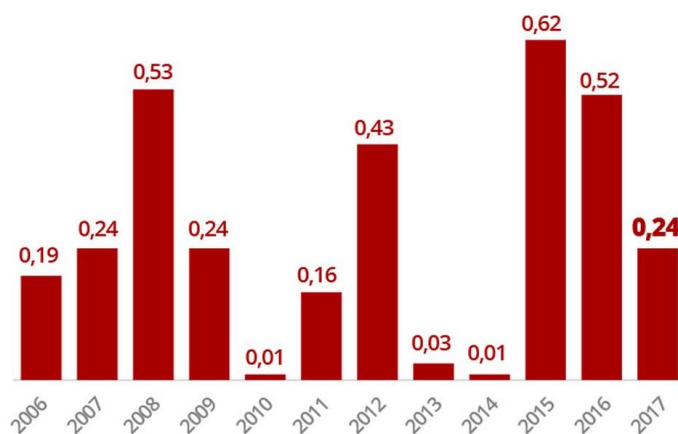


O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,24% no mês de julho em relação a junho, segundo dados divulgados no início de agosto, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O maior impacto veio do aumento das contas de luz. Ainda assim, foi o menor resultado para julho desde 2014, quando o índice ficou em 0,01%.

No acumulado em 12 meses, o índice foi para 2,71%, abaixo do piso da meta de inflação estipulada pelo governo pela primeira vez desde março de 2007, nesta base de comparação. O piso da meta é de 3% ao ano (1,5 ponto percentual abaixo do centro da meta, que é de 4,5% ao ano). Este patamar foi o menor para 12 meses desde fevereiro de 1999, quando o índice acumulou 2,24%.

Variação do IPCA em julho

em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 09/08/2017

O gerente da Coordenação de Índices de Preços do IBGE, Fernando Gonçalves, enfatizou que a alimentação é o item que mais tem ajudado a segurar a inflação abaixo do piso da meta para o acumulado em 12 meses.

De janeiro a julho, o IPCA ficou em 1,43%, bem abaixo dos 4,96% registrados em igual período do ano passado.

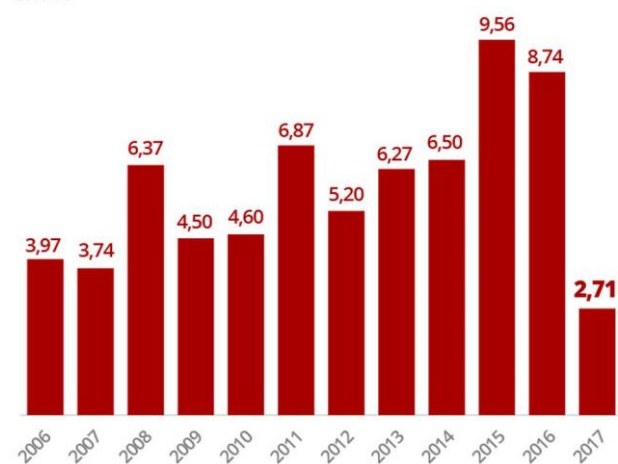
Habitação e transportes

Em julho, os grupos habitação e transportes puxaram o índice para cima, com variação positiva de 1,64% e 0,34%. Já o grupo alimentação e bebidas, que responde por 25% das despesas familiares, recuou pelo terceiro mês seguido (-0,47%).



Gonçalves, destacou que a alimentação no domicílio ajudou a puxar o índice para baixo. A queda no país foi de 0,81% neste grupo de consumo. Segundo o economista, além do aumento na oferta de alimentos, em razão da safra recorde deste ano, ele enfatizou que há também efeito da demanda na queda dos preços dos alimentos. “O desemprego segue em alta e a renda restrita. Isso segura o consumo. Embora não se possa cortar a alimentação, as famílias podem economizar na alimentação, escolhendo produtos mais baratos, por exemplo”, disse.

Variação acumulada do IPCA em 12 meses até julho
em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 09/08/2017

Com o maior impacto no IPCA, a energia elétrica (do grupo habitação) subiu 6% e foi o item que mais contribuiu para o resultado de julho. "Isso ocorreu devido à entrada em vigor da bandeira tarifária amarela, a partir de 01 de julho, representando uma cobrança adicional de R\$ 2,00 a cada 100 Kwh consumidos", diz o IBGE.

Dos itens não alimentícios com preços em queda em julho, Gonçalves destacou as roupas femininas (-0,95%), automóvel usado (-0,93%), roupa infantil (-0,87%) e automóvel novo (0,64%). “Estes quatro itens são impactados pelo fator demanda”, salientou.

Preços voltam a subir em julho depois da primeira deflação em 11 anos

Alta dos combustíveis

Segundo o coordenador de Índices de Preços do IBGE, Fernando Gonçalves, depois da energia elétrica os maiores impactos na inflação em julho partiram do reajuste nos planos de

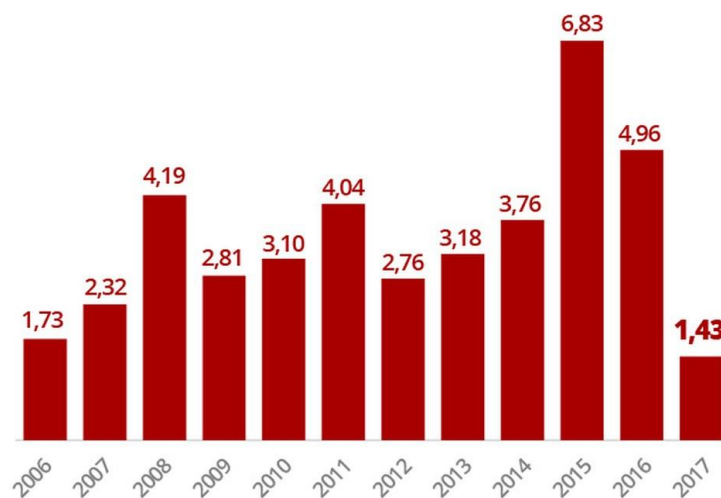


saúde e da gasolina. Ambos tiveram alta de 1,06% no país e representam, cada uma, 0,04 pontos percentuais de impacto na composição do IPCA.

No grupo transportes, que subiu 0,34%, o destaque foi a alta de 0,92% dos combustíveis. O litro do etanol ficou, em média, 0,73% mais caro. Já a gasolina subiu 1,06%. Em julho, foram anunciados reajustes (aumentos e reduções) nos preços da gasolina na refinaria e, em 20 de julho, o aumento na alíquota do PIS/COFINS dos combustíveis.

Em 25 de julho, esse aumento foi suspenso por uma liminar, derrubada em 26 de julho. Uma nova liminar em 03 de agosto, derrubada no dia seguinte, também suspendeu o efeito do decreto que reajustou as alíquotas do PIS/COFINS dos combustíveis.

Variação acumulada do IPCA de janeiro a julho em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 09/08/2017

Três capitais têm deflação

Três capitais registraram deflação em julho. A mais expressiva foi em Campo Grande (-0,24%), seguida por Porto Alegre (-0,12%) e Rio de Janeiro (-0,03%). Em junho, todas as capitais haviam registrado deflação.

A maior alta na inflação por região foi registrada em Curitiba (0,49%). Em seguida, aparecem São Paulo e Goiânia, ambas com alta de 0,38%. Na sequência, as demais



capitais que com inflação maior que a geral do país foram Salvador (0,35%), Belo Horizonte (0,31%), Recife (0,29%) e Brasília (0,28%).

O coordenador de Índices de Preços do IBGE, Fernando Gonçalves, destacou que todas as capitais registraram inflação abaixo do piso da meta em julho.

Deflação em junho

No mês de junho, o índice teve deflação de 0,23%, a primeira em 11 anos, puxada pelas contas de luz e alimentos. O resultado foi o mais baixo para um mês de junho desde o início do Plano Real.

A última vez que o índice teve variação negativa foi em junho de 2006, quando a taxa caiu 0,21%. O IPCA nunca foi tão baixo desde agosto de 1998, quando a taxa atingiu -0,51%.

Expectativa para agosto

Para agosto, o IBGE estima que o IPCA poderá vir com alta. Isso porque o índice sofrerá impacto dos reajustes nos preços em vários itens de consumo entre o final de julho e o começo de agosto.

As tarifas de água e esgoto foram reajustadas em 3,6% no Rio de Janeiro, em 8,69% em Belo Horizonte e em 6% em Vitória. O gás encanado no Rio de Janeiro foi reajustado em 1,03% e o botijão de gás teve reajuste de 6,9% no país.

Outros impactos relevantes na composição do índice em agosto virão da tarifa de energia elétrica, cuja cobrança está na bandeira vermelha (R\$ 3 a cada 100 kwh consumidos) em todo país. Além disso, houve reajuste de 8,53% na tarifa cobrada em Vitória e de 6,87% em Belém.

Houve ainda reajuste de 4,65% nas passagens dos ônibus intermunicipais em Goiânia, reajuste entre 3% e 4% nos pedágios do Rio e de São Paulo e de aproximadamente 14% nos planos de saúde antigos.

INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou variação de 0,17% em julho, ficando acima da taxa negativa de 0,30% de junho. No acumulado dos últimos doze meses, o índice desceu para 2,08%, ficando abaixo dos 2,56% nos 12 meses imediatamente anteriores. Em julho de 2016, o INPC foi de 0,64%.



Fontes: ANEEL – CCEE – CPTEC – EPE – EBC AGÊNCIA BRASIL – ONS – INFOCLIMA – MME – PORTAL G1

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP

Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

